

PUBLICADO NO DOM 12/09/2024
CMDU
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
ATA DA 390ª REUNIÃO ORDINÁRIA
13/08/2024

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, conforme Edital, programada às 18:30hs em primeira chamada, foi realizada a trecentésima nonagésima reunião ordinária, em segunda chamada às 19:00hs, no 19º andar, através de sistema virtual, convocada oficialmente através do Diário Oficial do Município e encaminhada aos conselheiros por e-mail, com a presença dos seguintes conselheiros:

ENTIDADES TITULARES

SEGMENTO MOVIMENTO POPULAR

ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS SWISS PARK

Titular: Giuliano Santos Rocha

SEGMENTO ECOLÓGICO

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO RESGATE CAMBUÍ

Suplente: Maria Rodrigues Cabral

SEGMENTO SINDICAL E DOS TRABALHADORES

SEESP – SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Titular: Samir Musa

SEGMENTO EMPRESARIAL

CIESP – CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Titular: Gilberto Vicente de Azevedo Júnior

SINDUSCON – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Titular: Márcio Benvenutti

SECOVI SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Suplente: Valdemar Gargantini Júnior

SEGMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – 2ª SUBSEÇÃO DE CAMPINAS

Titular: Ronaldo Gerd Seifert

AEAC–ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE CAMPINAS

Titular: Egberto Luiz Penteado de Arruda Camargo

SEGMENTO UNIVERSITÁRIO

UNICAMP UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Titular: Aline Eid galante

PUC PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Titular: Fabio de Almeida Muzetti

SEGMENTO INSTITUCIONAL

SMPDU – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Suplente: Mirian Lizandra Beltrami de O. Lima

SEMURB – SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

Titular: Marina Calegaro Neco

Secretária Executiva – Maria Célia Moura Martins

ENTIDADE SUPLENTE

SEGMENTO EMPRESARIAL

ASSOCIAÇÃO AVANÇA CAMPINAS

Titular: Marcelo Goraieb

PAUTA

Matéria adiada

- Apresentação e votação da Ata da 388ª Reunião Ordinária;
- Apresentação, debate e votação do Parecer referente ao PLC Nº 31/2024 - Relator: Giuliano Santos Rocha.

Ordem do dia

1. Apresentação e votação da Ata da 389ª Reunião Ordinária;
2. Formação de Comissão para revisão das normas que regem o CMDU MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO;
3. Palavra aberta da Diretoria e Conselheiros.

INCLUSÃO DE PAUTA

- **Formação de comissão para análise e exarar Parecer referente PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2024**

Institui as diretrizes municipais de incentivo à logística aérea não tripulada e a mobilidade aérea urbana no âmbito de Campinas, e dá outras providências.

O Presidente deste Conselho Senhor Ronaldo Gerd Seifert, iniciou a reunião às 19:00hs. Com o quórum regimentalmente estabelecido, cumprimentando a todos. Em seguida passou para matéria adiada, apresentação e votação da ata a 388ª Reunião Ordinária, indagou se todos leram e se tem alguma manifestação a ser feita, não havendo ocorrências, foi colocado em votação a sua aprovação, sendo aprovada por unanimidade. Quanto a ordem do dia, apresentação e votação da ata da 389ª Reunião Ordinária, o Presidente indagou se todos leram e se tem alguma manifestação a ser feita, não havendo ocorrências, foi colocado em votação a sua aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **O Presidente** fez uma inversão e pauta, passando para inclusão de pauta: Formação de comissão para análise e exarar Parecer referente PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2024. **O Conselheiro Fabio Muzetti** disse que tem dúvidas se é alçada do CMDU discutir e exarar parecer. **O Conselheiro Gargantini** acha que por se tratar de tráfego aéreo no perímetro urbano, fica a dúvida, será que o drone pode filmar o condomínio que é uma área privada. Após debates os Conselheiros chegaram a conclusão que não é matéria para o CMDU exarar um parecer, devendo a Câmara Municipal ser informada. O segundo item da ordem do dia: Formação de Comissão para revisão das normas que regem o CMDU MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, **O Presidente** perguntou quem gostaria de participar desta Comissão, explicando que as leis que regem o Conselho são muito antigas e que necessita de algumas adequações para o momento atual, a intenção é fazer um estudo e encaminhar ao Executivo as sugestões elaboradas para serem avaliadas. Os Conselheiros: Ronaldo, Teresa Penteado, Fabio Muzetti e Gilberto manifestaram interesse, o Conselheiro Ronaldo será o relator. **A Secreária Executiva Maria Célia** sugeriu enviar e-mail para o Conselheiros estendendo o prazo de 1 (uma) semana para outras inscrições. Referindo-se ao segundo item da matéria adiada: Apresentação, debate e votação do Parecer referente ao PLC Nº 31/2024 - Relator: Giuliano Santos Rocha, o Presidente convidou o Conselheiro Giuliano para apresentar o Parecer. **O Conselheiro** informou que não conseguiu formatá-lo, pediu para o Presidente fazer a leitura na forma que se encontra. Após a leitura do Parecer o Presidente abriu a palavra para perguntas. **O Conselheiro Giuliano** disse que os

protocolos de segurança já estão previstos em diversas normas, a fim de evitar qualquer incidente dentro de um clube de tiro. **A Conselheira Mirian** disse que está em dúvida, o Decreto coloca distanciamento, restrição de horário, e nós estamos aprovando uma lei que não atende o Decreto sobre armas, explicou que já existe toda legislação de uso e ocupação do solo, regra onde pode com determinada CNAE, clube esportivo, que são regras que tem que ser seguidas, que já são válidas, não é uma questão de impedir o estabelecimento de acontecer seguindo a regra Federal. **O Conselheiro Giuliano** disse que a Constituição delega ao Município legislar sobre estas questões, que o Decreto não passa pelo processo legislativo rigoroso, formal que uma lei. Entende que essa norma Federal não tem competência para impedir, porque compete ao município por meios fiscalizatórios, por meio de uso e ocupação do solo, Plano Diretor. **O Presidente Ronaldo** informou que pesquisou a lei que foi regulamentado por esse Decreto, e na legislação não fala de escolas, de distâncias, não traz este texto. Se for aplicar a questão de competência, o Decreto não pode aumentar as restrições que restringi de direito, isso é reservado a lei artigo 5º da Constituição. Neste sentido há espaço na legislação municipal na medida que a legislação Federal não previu esse cenário. Em seguida o **Presidente** colocou em votação o Parecer, sendo aprovado pela maioria, com 1 (uma) abstenção e 3 (três) votos contrários. O terceiro item - Palavra aberta da Diretoria e Conselheiros, **O Presidente** perguntou se alguém tem alguma informação a ser feita. **A Secretária Executiva** falou da frequência, **consultou o Presidente sobre o envio aos Conselheiros para ciência.** **O Presidente** concordou, lembrando que 3 (três) faltas consecutivas ou 5 (cinco) alternadas no mesmo ano, a entidade perde a vaga. E, nada mais havendo a tratar, **Presidente Ronaldo Gerd Seifert**, encerra a reunião às 19:25hs. E eu, Maria Célia Moura Martins, lavrei a presente ata.